

O NEOLIBERALISMO E OS LIMITES DA ATUAÇÃO COLETIVA NA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

ELISA DE CAMPOS BORGES ¹

UFF, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-8072-1400>

LORENA RODRIGUES TAVARES DE FREITAS ²

UNILA, BRASIL

<http://orcid.org/0000-0003-3908-470X>

RESUMO: *A pandemia de covid-19 demonstrou os efeitos catastróficos das políticas neoliberais na vida econômica e social do Brasil e nas possibilidades de resistência que os diversos movimentos sociais buscaram construir contra elas. Este ensaio visa refletir sobre o impacto da racionalidade neoliberal nas formas das ações políticas coletivas postas em prática pelos movimentos sociais no Brasil durante a pandemia de Covid-19, buscando compreender quais os efeitos que o neoliberalismo produz nas suas lutas emancipatórias. A hipótese a ser discutida é a de que as ações coletivas dos movimentos sociais têm, em grande medida, sofrido uma captura neoliberal que tem aprofundado as dificuldades históricas que eles possuem em construir coalizões políticas que produzam transformações mais amplas e de rompimento com as cadeias que os oprimem.*

PALAVRAS-CHAVE: *neoliberalismo, pandemia covid-19, movimentos sociais.*

ABSTRACT: *The covid-19 pandemic demonstrated the catastrophic effects of neoliberal policies on Brazil's economic and social life as well as on the possibilities of resistance that social movements sought to build against those policies. This essay aims to reflect on the impact of neoliberal rationality on the forms of collective political actions put into practice by social movements in Brazil during the Covid-19 pandemic, seeking to understand the effects that neoliberalism produces in their emancipatory struggles. The hypothesis to be discussed is that the collective actions of social movements have, to a large extent, suffered a neoliberal capture that has deepened the historical difficulties those actions have in building political coalitions that produce broader transformations and break with the chains that oppress them.*

KEYWORDS: *neoliberalismo, covid-19 pandemic, social movements.*

¹ Professora Adjunta no curso de História na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: elisacb@id.uff.br

² Professora adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: lorenadefreitas@gmail.com

Introdução

É possível analisar a relação entre o neoliberalismo e a atuação dos movimentos sociais no Brasil durante a pandemia, a partir de diversos aspectos. Neste ensaio, discutiremos a relação entre neoliberalismo, movimentos sociais e os desafios de resistir às políticas do governo atual durante a pandemia da covid-19. Neste sentido, argumentamos que o processo do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, abriu caminhos para aprofundar a agenda neoliberal, enraizando concepções cada vez mais individualizadas em todos os aspectos da vida. Esses valores também impactaram a atuação dos movimentos sociais, que encontram dificuldades em superar os divisionismos em favor de projetos emancipatórios capazes de agregar setores mais amplos da sociedade em favor da mitigação das desigualdades sociais. As pautas políticas que, historicamente, estiveram ausentes ou foram preteridas nas ações dos movimentos clássicos, tais como sindicatos, partidos políticos, movimentos rurais, movimentos estudantis (Gohn, 2017) passaram a ter visibilidade com a emergência dos chamados “novos” movimentos sociais, tais como os movimentos negros, indígenas³, LGBTI+⁴ e o movimento feminista, que emergem no final da década de 1970 na Europa e nos Estados Unidos e se espalham pelo mundo nas duas décadas seguintes. As críticas e questionamentos aos valores racistas, patriarcais e à heteronormatividade (Freitas, 2022) contestam a estrutura de produção e reprodução dessas sociedades. Desde a década de 1990, esses movimentos sociais vêm desempenhando um papel fundamental nos debates na esfera pública e na elaboração de políticas públicas no Brasil (Simões e Facchini, 2009; Pinheiro, 2020; Jaccoud, 2008) trazendo para o centro do debate e do interesse público, a luta pela igualdade jurídica, pelo reconhecimento social (Honneth, 2003) e contra as desigualdades sociais que afetam as minorias sexuais, raciais, étnicas e de gênero.

Assim, segundo Maria da Glória Gohn (2017), enquanto os movimentos sociais clássicos estavam ligados às pautas de conquistas de direitos sociais e com uma estrutura rígida de organização, os novos movimentos sociais se relacionam mais com as pautas identitárias e possuem uma forma de organização menos hierarquizada. A autora, em sua categorização, ainda inclui os chamados novíssimos movimentos sociais, ou coletivos, que aparecem na cena política brasileira a partir de 2013, e são caracterizados pela sua heterogeneidade, por pautas políticas muitas vezes contraditórias entre si, se organizam de forma mais fluida, horizontal e fragmentada, na qual suas principais reivindicações não estão necessariamente relacionadas à adoção de políticas públicas e/ou

³ Sabemos que as lutas dos povos indígenas são seculares, mas, segundo Glória Gohn (2017), sua organização em movimentos identitários é recente e data do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 no Brasil.

⁴ Lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual. O símbolo + foi acrescentado à sigla para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero não representadas nela. Esta terminologia segue o modelo do Manual de Comunicação LGBTI+ feito pela Aliança Nacional LGBTI. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2021.

pela afirmação da identidade. Sua principal forma de atuação e organização ocorre por meio das redes sociais virtuais digitais que, por sua vez, impactam no caráter da sua ação coletiva, transformando-a em uma ação conectiva, fazendo, portanto, com que o ambiente virtual da internet ocupe o lugar central das suas ações, tendo em vista que é nesse ambiente onde se desdobra a formação das suas pautas, consensos, mobilização, divulgação de resultados, construção e criação dos símbolos a serem compartilhados (Gohn, 2017).

Partimos do ponto de vista de que as lutas por redistribuição material e reconhecimento social desses movimentos sociais se configuram como fundamentais para o estabelecimento de novas formas recíprocas de reconhecimento, que funcionam como motor de mudanças sociais em favor de sociedades mais justas e igualitárias. Contudo, os movimentos sociais – os novos e os clássicos – têm enfrentado barreiras significativas para a construção de ações políticas coletivas que sejam capazes de provocar transformações mais profundas nas cadeias que produzem suas opressões⁵. Acreditamos que essas dificuldades têm sido aprofundadas pelo espraiamento do neoliberalismo, na contemporaneidade, para os recônditos mais íntimos das nossas vidas, afetando a forma como agimos, pensamos, nos relacionamos e como organizamos as nossas lutas coletivas.

Conforme aponta Jessé Souza⁶, o atual estágio do neoliberalismo tem relação intrínseca com o capitalismo financeiro que exerce grande poder nas políticas econômicas relacionadas com questões como investimentos, consumo e emprego. Além disso, o neoliberalismo incluiu uma nova forma de engendrar valores que dificulta a ação coletiva, uma vez que ele se relaciona com a uma exploração sem limites que não diferencia o tempo-trabalho do tempo-lazer, que produz um sentimento em que o indivíduo imagina ser empresário de si mesmo e ainda é dominado pelo medo de perder o que já “conquistou”. O autor exemplifica esses novos valores no que chamou de nova noção de felicidade que passa a estar relacionada com o consumismo, com a reprodução na vida privada daquilo que ocorre em uma empresa e com tempo-trabalho que nunca finda. Assim, a felicidade passa a estar relacionada com a falsa sensação de que o indivíduo, que é submetido à superexploração do trabalho (já que as leis de proteção ao trabalhador estão sendo desregulamentadas), é dono do seu tempo e do resultado do seu trabalho. E cabe ao próprio trabalhador a autofiscalização para o aumento da produtividade, acentuando o nível de concorrência individual e impactando, por exemplo, na não divisão entre o tempo de lazer e o tempo de trabalho. Segundo o autor, é difícil para o indivíduo compreender a profundidade e o impacto dessa dinâmica neoliberal já

⁵As hipóteses de que as lutas dos movimentos sociais têm, em grande medida, sido capturados pela lógica individualizante da racionalidade neoliberal não incluem as atuações dos povos indígenas. Ressaltamos a importante atuação dos movimentos indígenas que, mesmo com todas as dificuldades impostas pela a pandemia, estiveram mobilizados contra as pautas do governo para o meio ambiente. Destacamos ainda as importantes manifestações contra o marco temporal para demarcação de terras indígenas e contra o Projeto de Lei 490.

⁶ Entrevista concedida ao jornalista Luís Nassif. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2016/12/08/62584/>. Acesso em: 1 ago. 2021.

que as responsabilidades deixaram de ser coletivas e do Estado e passam a estar centradas no sujeito.

O neoliberalismo também afetou a esfera da política uma vez que, como ressalta o sociólogo chileno Tomás Moulian (1997), o discurso adotado pelo neoliberalismo e sua prática tecnocrática, restringiu a política à tomada de decisões dentro de parâmetros técnicos. O objetivo seria despolitizar os governos e tecnificar a própria política anunciando falsamente o fim das ideologias e dificultando não só o surgimento, mas o protagonismo de ideologias alternativas. Segundo o autor, é possível observar o reflexo desse discurso tanto nos partidos políticos quanto na sociedade, com um processo profundo de despolitização social e de busca por soluções cada vez mais calcadas apenas em argumentos técnicos e individuais.

Os autores Laval e Dardot (2016) argumentam que a forma atual de reprodução neoliberal inaugurou uma nova racionalidade que rompe com as divisões entre espaço público e espaço privado e “tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Laval e Dardot, 2016, p.5). Os impactos do neoliberalismo na produção de novas subjetividades, nas formas de viver e nas relações sociais são tantos, que nos permitem falar que vivemos atualmente em uma sociedade neoliberal (Laval e Dardot, 2016).

Deste modo, esses elementos apontados pelos autores impactam na forma de resistência ao neoliberalismo justamente porque mobilizam noções muito técnicas, subjetivas e individuais do ser. Assim, as resistências são muito mais fragmentadas e locais do que propriamente coletivas e questionadoras do sistema em si. A pandemia de Covid-19 potencializou este processo que já se colocava como um desafio anterior, fazendo com que o espaço público reivindicado para a resistência social passasse a ser limitado pela necessidade do isolamento social. A possibilidade de articulação política passou, num primeiro momento, pelo aumento do uso das redes sociais para enfrentar a própria pandemia e o aprofundamento das políticas neoliberais do governo de Bolsonaro.

O objetivo deste ensaio é analisar o impacto da racionalidade neoliberal nas formas de ação políticas coletivas postas em prática pelos movimentos sociais, buscando compreender quais os efeitos que o neoliberalismo produz nas suas lutas políticas no século XXI, especialmente depois do início da pandemia de Covid-19. A hipótese a ser trabalhada neste ensaio é a de que as ações coletivas dos movimentos sociais no século XXI têm, em grande medida, sofrido uma captura neoliberal que tem aprofundado as dificuldades históricas em construir saídas políticas que produzam transformações mais amplas e abrangentes nas cadeias que os oprimem. Essas dificuldades foram aprofundadas no contexto pandêmico no Brasil, obstaculizando a construção de alternativas que busquem frear o esfacelamento dos suportes sociais que o neoliberalismo produz. Trataremos, primeiramente, em apontar o fortalecimento do neoliberalismo na sociedade brasileira a partir da ascensão de Michel Temer em 2016 e a posterior eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Demonstraremos que o

crescimento do neoliberalismo traz consigo o aprofundamento das desigualdades sociais históricas da sociedade brasileira, que foram agravadas a partir de 2020, com a pandemia de Covid-19. Em seguida, buscaremos reconstruir algumas características principais do neoliberalismo a fim de compreender como ele influi na construção das relações sociais e das subjetividades. Interessa-nos entender como, mesmo nesse contexto social e econômico catastrófico causado pela articulação entre neoliberalismo e pandemia, se desenharam algumas ações coletivas por parte dos movimentos sociais, mas que não conseguiram ser contínuas, nem articular de fato uma oposição ao desmonte das políticas públicas pela gestão neoliberal de Jair Bolsonaro. Como procuraremos argumentar, acreditamos que isto se relacione ao vínculo que se estabelece entre a implementação do neoliberalismo no Brasil e suas influências na subjetividade e, conseqüentemente, nas ações políticas dos movimentos sociais.

O neoliberalismo e a pandemia no Brasil

Em 2016, o Brasil assistiu à deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT), pelo Congresso Nacional, em um processo repleto de erros e contradições que desvelaram os contundentes objetivos das elites econômicas e políticas com apoio de uma parcela importante do poder judiciário e midiático. Com a retórica de que o governo havia cometido “pedaladas fiscais”, o golpe foi conduzido por antigos aliados do governo, incluindo o PMDB, que tinha Michel Temer como vice-presidente da república. Um conjunto de elementos, que inclui os próprios equívocos do governo, a falta de uma base popular consistente de apoio à presidenta, crise econômica, descontentamento da base parlamentar, a Operação Lava Jato⁷, o massivo apoio da grande mídia a esse processo, dentre outros, levou a esse desfecho. Para além dessas questões, o que também estava em jogo por parte dos que apoiaram o golpe era a defesa de uma agenda neoliberal mais rigorosa, com a retomada de pautas como as privatizações, a reforma trabalhista e as políticas de ajuste fiscal.

Segundo Domingues (2017) o ciclo iniciado no governo Lula, a partir da crise de 2008, forjou uma política de importante intervencionismo estatal que apostava na relação com uma parcela do empresariado brasileiro, em especial as empreiteiras, e do agronegócio para impulsionar o capitalismo nacional. No entanto, esse projeto esbarrou em limites dentro das próprias elites, que aproveitaram o momento de aliança com o governo para maximizar os seus lucros, mas não significava que apoiavam o intervencionismo estatal como uma

⁷ A Operação Lava Jato foi um conjunto de ações lideradas pela Polícia Federal, iniciadas no ano de 2014 com objetivo de investigar crimes de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo agentes públicos, empresários e doleiros. Apoiada por um grupo especial do Ministério Público Federal, a operação foi acusada de agir de forma politizada, sem respeitar os ritos processuais e por romper com a imparcialidade exigida ao conduzir os processos, uma vez que os procuradores mantinham relações de muita proximidade com o juiz que julgava as causas em primeira instância.

política permanente. Pelo contrário, almejavam “o retorno a um neoliberalismo mais puro-sangue e radical” (Domingues, 2017, p.05).

Segundo Giovanni Alves (2016), a partir de 2013, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, ficou evidente a fratura existente entre os interesses

intraclasse da burguesia, com camadas e frações de classe disputando não apenas os recursos do Estado brasileiro, mas definindo projetos de desenvolvimento do capitalismo para o Brasil de acordo com as disputas geopolíticas que ocorrem no palco histórico do sistema-mundo do capitalismo global⁸.

Neste sentido, para além dos grupos políticos nacionais, o golpe, segundo o autor, também precisa ser interpretado dentro da perspectiva da crise hegemônica vivida pelos Estados Unidos, no século XXI, sobretudo, após a crise de 2008 e a ascensão da China e da Índia como protagonistas mundiais. Destacamos que nos governos Lula e Dilma, o Brasil não seguiu uma política de alinhamento automático com os Estados Unidos, preferindo construir novos eixos de diplomacia que resultaram, por exemplo, na conformação do bloco entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) em 2014. Ao mesmo tempo, a hegemonia neoliberal mundial se traduziu no fortalecimento dos setores ligados ao capital financeiro e na superexploração da força de trabalho.

Assim, o golpe de 2016 no Brasil está ligado à reordenação do capitalismo neoliberal mundial e, internamente, às estratégias adotadas no governo Dilma, de continuidade de algumas políticas desenvolvimentistas, principalmente aquelas relacionadas às políticas sociais. Esse projeto apresentou contradições: não rompia com o neoliberalismo, mas adotava importantes políticas de redistribuição de renda e de inclusão de setores historicamente marginalizados. (Bastos, 2017). Outro aspecto relevante ao se observar o cenário nacional desde 2003 até o golpe, está nas políticas que privilegiaram o diálogo com a sociedade organizada, como é o caso das Conferências e Conselhos Nacionais, que ajudaram a delinear as políticas públicas setoriais e aproximaram os movimentos sociais e de representação, do governo brasileiro.⁹ No entanto, essas ações não incluíam uma escuta direta com os setores populares, demonstrando fragilidade do governo em ampliar sua base social.

⁸ Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acessado em: 10 set. 2021.

⁹ Em 2014, após as chamadas jornadas de 2013, o governo publicou um decreto em que criava a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social para intensificar o processo de escuta à sociedade. A oposição no Congresso aprovou uma lei, de autoria de Mendonça Filho (DEM-PE) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) que derrubava o decreto. Após o golpe, no governo Temer, Mendonça Filho assumiu o Ministério da Educação. Sobre as Conferências Nacionais, sugerimos a leitura do documento do IPEA, ver “Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil”. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

A base de sustentação do governo Dilma, sobretudo de setores médios e do chamado “novo proletariado” (Singer, 2013), sofreu uma grande fratura no ano de 2013 quando eclodiram manifestações denominadas de Jornadas de Julho¹⁰ e que foram capitaneadas pela direita brasileira. Segundo Pedro Bastos (2017), diante da desaceleração da economia, o governo petista adotou medidas de austeridade que impactaram os setores populares e as classes médias. Assim, o governo ficou entre as reivindicações de maior gasto público e a austeridade fiscal cobrada pelo mercado (Singer, 2013). À direita política, os setores ligados ao capital financeiro aproveitaram a crise e estimularam o desgaste do governo com o apoio da imprensa brasileira, difundindo um discurso que vinculava o governo com autoritarismo e corrupção¹¹. A ausência de uma coordenação política clara no governo e de uma base popular ampla abriram caminhos para a consolidação do golpe.

Nesse quadro político, a ascensão do vice-presidente Michel Temer (PMDB) ao poder estava diretamente relacionada às negociações para a aprovação de um conjunto de reformas que visavam o aprofundamento do neoliberalismo e beneficiavam as elites financeiras do país. Com um programa denominado de “Uma ponte para o futuro”, Temer apresentou suas principais reformas: teto de gastos públicos que limitava os gastos e investimentos públicos aos mesmos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela inflação por vinte anos, atingindo, sobretudo, os grupos de maior vulnerabilidade social; reforma trabalhista que diminuiu substancialmente direitos trabalhistas e enfraqueceu o protagonismo dos sindicatos, dentre outras medidas. Com o discurso da necessidade de modernização do Estado, Temer, que tinha significativo apoio no Congresso Nacional, já desenhado na aprovação do afastamento da presidenta Dilma, iniciou um novo período de desmantelamento das políticas de estado.

A polarização política vivenciada no país¹² abriu espaço para a eleição de Jair Bolsonaro, que apresentou como programa de governo antigas receitas neoliberais conjugadas com uma política ultraconservadora. Ainda durante a campanha, apresentou o ministro da economia, Paulo Guedes, como aquele que teria grandes poderes para

¹⁰ As manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público ocorridas em junho de 2013 ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. Estas manifestações, convocadas, sobretudo, pelo Movimento Passe Livre (MPL), por meio das redes sociais, foram mobilizadas contra o aumento das tarifas de transporte, em São Paulo, para depois serem reproduzidas em outros estados brasileiros. As manifestações, em quase todo o país, terminaram com enfrentamento entre os chamados *blacks blocks* e as forças policiais. Num segundo momento das manifestações, ainda em junho, as palavras de ordem utilizadas já apresentavam uma mudança de retórica: crítica ao uso de recursos públicos na Copa do Mundo, contra corrupção e contra os políticos, de maneira geral. Mesmo com a revogação do aumento das tarifas, as manifestações seguiram e passaram a ser lideradas por setores contrários à presidenta Dilma Rousseff e ao PT. Cf: Singer, André. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. In: *Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções* • Novos estud. CEBRAP (97) • Nov 2013.

¹¹ Um artigo interessante para refletir sobre o comportamento da direita e das classes médias é do historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, “O Brasil à beira do abismo, de novo.” Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/3391-o-brasil-a-beira-do-abismo-de-novo-rodrigo-patto-sa-motta>. Acesso em: 01 ago. 2021.

¹² Sobre a polarização e o pretense discurso anticorrupção impulsionado pela imprensa brasileira, ler: Souza, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: GMT, 2019.

colocar em prática a agenda econômica que, naquele momento, vinculava a necessidade de manter o teto de gastos conjugado com a busca por eficiência econômica e crescimento do setor privado. Guedes, que teve parte da sua formação realizada na escola de economia Chicago, é um ultraliberal e entusiasta das reformas econômicas realizadas na ditadura chilena lideradas pelos chamados *Chicago boys*¹³. Em entrevista ao Jornal El País, em 2018, afirmou: “Nos anos 80, participei de todos os debates econômicos do Brasil a favor do tripé macroeconômico e da reforma da Previdência. E de fazer no Brasil as reformas que foram feitas no Chile¹⁴: Banco Central independente, câmbio flutuante, equilíbrio fiscal e regime de capitalização da previdência”¹⁵. Incluem-se também a privatização das empresas públicas, a desregulamentação da CLT, o ataque aos movimentos populares, sobretudo o sindical, dentre outras características. O Estado brasileiro passa a ser pensado a partir do mundo dos interesses privados, adaptando-se às novas exigências do capital conjugado com discursos e práticas autoritárias.

É nesse contexto que a pandemia global de Covid-19 atinge o Brasil em 2020. A reação do governo diante da pandemia foi a de negar a sua gravidade e criticar o isolamento social, conforme discurso do presidente da república, Jair Bolsonaro, realizado em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 24 de março de 2020¹⁶. Com a inexistência de políticas coordenadas pelo governo federal para responder rapidamente aos desafios da pandemia, houve um aprofundamento da crise econômica atingindo, sobretudo, os mais pobres e os setores das classes médias.

Diante da pressão social, o Congresso Nacional articulou e aprovou, em abril de 2020, um auxílio emergencial que transferia recursos da União para famílias de baixa renda na tentativa de diminuir o impacto do desemprego no país. No entanto, a recusa por parte do governo em apresentar políticas públicas estruturantes para recuperar a economia, demonstrou que, mesmo com o programa de transferência de renda (auxílio emergencial), a pobreza e a fome reapareceram no país. Segundo pesquisa realizada pela FGV, em 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas voltaram à pobreza, o que representa 12,8% da população. O desemprego também aumentou para 14,4 milhões¹⁷ de pessoas. A renda dos brasileiros sofreu um impacto negativo importante e, dentre os mais pobres, esse índice chega a uma piora de 21,5%. Assim, esses fatores

¹³ *Chicago Boys* é o termo utilizado para denominar o grupo de estudantes de economia da Universidade Católica do Chile que realizou parte da sua formação na escola de Chicago. Esse grupo formulou o programa econômico da ditadura chilena.

¹⁴ Segundo o sociólogo Manuel Chateau, as reformas econômicas no Chile oscilaram entre o monetarismo ortodoxo e o liberalismo pragmático, nortearam as mudanças no país e possibilitaram a construção do Estado Subsidiário, encerrando a tradição del estado Compromiso y economia protegida creado a fins de la década de 1930.” Cf: Chateau, Manuel Gárate. *La revolución capitalista en Chile (1973-2003)*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2012, pg. 196.

¹⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538508720_526769.html

¹⁶ É possível ler o pronunciamento na íntegra nesta reportagem: 'Gripezinha': leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. In: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

¹⁷ Cf: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/fgv-mais-pobres-sofrem-maior-impacto-na-pandemia>. Acesso em: 29 set. 2021.

determinaram os péssimos números relacionados à segurança alimentar, que se traduzem em um índice de 15% dos domicílios enfrentando a fome e a privação de alimentos¹⁸. O índice Gini¹⁹, que mede a concentração de renda no país, também apresentou índices maiores que os anos anteriores, atingindo 0,640. Para a CEPAL, a explicação para o aumento da desigualdade social é a ausência de políticas e de programas de proteção social para as camadas médias e para parte superior das camadas baixas da população²⁰, os mais afetados pela perda de postos de trabalho pela pandemia²¹.

Assim, o impacto da pandemia não foi igual entre todas as parcelas da sociedade, atingindo de forma mais incisiva populações em situações mais vulneráveis no período anterior a ela. Segundo Boaventura Souza Santos (2020), as mulheres, os trabalhadores informais, as populações em situação de rua, os moradores da periferia, os refugiados, os deficientes e os idosos sofreram mais os impactos da pandemia e das desigualdades aprofundadas pela crise atual. Estes grupos, que já eram vítimas das formas de dominação não só do capitalismo, mas também do colonialismo, do patriarcado e do racismo, se viram em condições piores. A ausência do Estado como protagonista na diminuição do abismo social demonstra na prática o compromisso do governo com as políticas neoliberais adotadas como eixos norteadores de todas as políticas do seu governo. Como bem define Marilena Chauí (2020), “o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado”. Para reverter esse cenário é preciso ir na contramão do que prega o neoliberalismo: a saída para a crise é a produção de políticas públicas que garantam suportes sociais para a população.

A pandemia de Covid-19 tem colocado em xeque a capacidade das políticas neoliberais em lidar com a crise, resultando em efeitos catastróficos na vida econômica e social do país. O Brasil atingiu, em novembro de 2021, mais de 610 mil mortes²². Contudo, mesmo diante de um cenário de aprofundamento das desigualdades sociais e da pobreza, os movimentos sociais têm encontrado dificuldades para construir coalizões políticas mais amplas capazes de opor resistência ao neoliberalismo. A partir de agora, demonstraremos como o seu fortalecimento, no Brasil, tem produzido efeitos perversos que não se

¹⁸ Cf: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/13/Qual-o-quadro-de-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-Brasil-da-pandemia>. Acesso em 29 set. 2021

¹⁹ O índice Gini “é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade.”. Cf: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em 30 nov. 2021.

²⁰ Dados em disponíveis em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-04/pobreza-extrema-na-america-latina-sera-a-mais-alta-em-20-anos-por-causa-do-coronavirus.html>. Acesso em: 29 set. 2021.

²¹ Dados disponíveis em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-02-11/pandemia-faz-condicoes-trabalhistas-das-mulheres-recuarem-uma-decada-na-america-latina.html>. Acesso em: 29 set. 2021.

²² Esses dados são atualizados pelo consócio de imprensa, de acordo com os números divulgados pelos estados e municípios. Cf: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/11/26/covid-19-coronavirus-casos-mortes-26-de-novembro.htm>. Acesso em: 27 de nov. 2021.

restringem somente ao aumento das nossas mazelas sociais, como demonstramos até aqui. Sendo o neoliberalismo não apenas um modelo econômico, mas um modo de vida, ao interferir na própria produção das subjetividades das relações sociais, ele interfere nas possibilidades de construção de coalizões políticas mais amplas capazes de oferecer resistência ao capitalismo neoliberal. Neste contexto, é necessário pensar seus impactos nas formas de ação coletiva e nos conflitos sociais do tempo presente.

O impacto do neoliberalismo e da pandemia nas ações coletivas dos movimentos sociais

A retórica utilizada pelos economistas ligados ao neoliberalismo evidencia que é preciso conter a interferência “excessiva” do Estado na economia e na vida dos indivíduos, frear os seus desperdícios com questões sociais e impedir que ele interfira na livre concorrência entre as empresas e as economias capitalistas. Em épocas de crise não é diferente. No entanto, o neoliberalismo não representa menos intervenção do Estado e sim a “modificação de suas modalidades de intervenção em nome da ‘racionalização’ e da ‘modernização’ das empresas e da administração pública” (Dardot e Laval, 2016, p. 231). Wendy Brown (2019, p. 31) afirma que nesta nova racionalidade governamental se, por um lado, “todo governo é *para* os mercados e orientado por princípios de mercado”, por outro, os mercados devem ser construídos, viabilizados e, eventualmente, até mesmo amparados por instituições políticas. Para que a liberdade de empreender livremente possa imperar, é preciso que o Estado intervenha para despolitizar a sociedade, pois essa é a única maneira que os neoliberais veem de impedir que a política cerceie a autonomia da ação econômica. Para eles, é preciso que o Estado pare de intervir na coordenação da atividade econômica e direcione a sua intervenção à “configuração dos conflitos sociais” e à “estrutura psíquica dos indivíduos” (Safatle, p. 2020, p. 25).

Segundo Vladimir Safatle, isso “significava, concretamente, retirar toda a pressão de instâncias, associações, instituições e sindicatos que visassem questionar tal noção de liberdade a partir da consciência da natureza fundadora da luta de classe” (Safatle, p. 2020, p. 25). Ao mesmo tempo em que intervêm de forma profunda para dismantelar esses espaços formadores de conflitos sociais que questionam a gramática de regulação da vida social, o neoliberalismo se define, como vimos anteriormente, como uma técnica de governo supostamente neutra em termos ideológicos, negando-se como ideologia porque se apresenta como a “própria razão”. Assim ele se estabeleceu como uma “espécie de novo regime de evidências que se impôs aos governantes de todas as linhas como único quadro de inteligibilidade da conduta humana” (Dardot e Laval, 2016, p. 192). Essa sua capacidade de “desideologizar” as políticas que aplica, colocando-as como decisões técnicas e, por isso, neutras e apolíticas, é a grande vitória do neoliberalismo e é, como afirma

Wendy Brown, também um dos grandes responsáveis pelos processos de desdemocratização que temos que enfrentar atualmente.

Segundo Dardot e Laval (2016, p.17), sob o neoliberalismo, não apenas as atividades econômicas, mas as relações sociais, os comportamentos dos indivíduos e suas subjetividades passam a ser reordenadas a partir da instauração da concorrência generalizada “como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação”. Sob a ótica desta sociedade da competição e do desempenho, o indivíduo deve ver a si mesmo não como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço em um mercado. Todas as áreas da sua vida devem ser analisadas, geridas e avaliadas como uma empresa. Diferentes técnicas como *coaching*, programação neurolinguística, análise transacional, por exemplo, surgem como saberes psicológicos que têm o objetivo de transformar o indivíduo, fortalecer o seu eu, melhor adaptá-lo à realidade, torná-lo mais operacional, competitivo e produtivo e, assim, levá-lo ao sucesso: “‘ser empreendedor de si mesmo’ significa conseguir ser o instrumento ótimo do seu próprio sucesso social e profissional” (Dardot; Laval, 2016, p. 350).

Para que o princípio da concorrência generalizada virasse norma de conduta para todos os âmbitos da vida social e das subjetividades, foi preciso um enorme esforço para implementar as formas institucionais e jurídicas que produziram esse novo sujeito-empresa, flexível, calculador e empreendedor. Isso porque esse sujeito neoliberal não brotaria “espontaneamente” da vida social e das atividades econômicas, ao contrário. Assim como é necessário que o Estado siga uma agenda que produza e preserve as condições de funcionamento do sistema concorrencial, é necessário também que ele participe do projeto de produção desse novo sujeito que, posto cada vez mais em situação de mercado, vai aprendendo a conduzir-se racionalmente, se adaptando e aderindo à sua lógica competitiva e concorrencial. Dardot e Laval afirmam que a produção dessa dimensão antropológica do homem-empresa é a principal contribuição da corrente neoliberal “austro-americana”, cujas figuras centrais são Ludwig von Mises e Friedrich Hayek.

A racionalidade neoliberal tem o poder de fazer com que os sujeitos incorporem os termos do jogo impostos a eles, fazendo com que transformem a si mesmos não apenas para gozar dos recursos econômicos e simbólicos que o sucesso profissional pode trazer, mas também para se inserirem em uma forma de vida percebida como moralmente superior. A defesa do primado da propriedade privada e da competitividade se assenta não apenas em sua pretensa eficácia econômica, mas também “na exortação moral dos valores imbuídos na livre iniciativa, na ‘independência’ em relação ao Estado e na pretensa autodeterminação individual” (Safatle, 2020, p. 20). Enquanto o modelo industrial de organização do capital associava o ascetismo puritano do trabalho à satisfação do consumo e ao gozo tranquilo das posses acumuladas (Sennet, 2000), no neoliberalismo exige-se do sujeito que ele produza sempre mais e goze sempre mais, em uma obrigação de desempenho e de gozo que não encontra fim.

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. (Dardot e Laval, 2016, p. 331)

Para Byung Chul Han (2017a; 2017b), o sujeito produzido por essa sociedade é aquele que se entrega à livre coerção de maximizar o próprio desempenho. Ele seria, ao mesmo tempo, vítima e agressor, senhor e algoz de si mesmo. Assim, apesar de aparentemente livre de grilhões externos, o sujeito do desempenho não goza de liberdade, apesar de acreditar nisso. O diagnóstico feito por Chul Han sobre a sociedade do desempenho vai ao encontro das análises feitas por Richard Sennet (2000) a respeito da organização do regime de trabalho flexível, que passa a exigir dos indivíduos certas características subjetivas para que tenham êxito, um tipo de “caráter” necessário para que eles tenham êxito no regime flexível, tais como ausência de apego temporal, de longo prazo, que possibilite ao indivíduo se moldar e se adaptar constantemente às demandas imediatas do mercado de trabalho, além de um incentivo institucional para que os trabalhadores não se conformem às suas posições na estrutura produtiva e corram risco, mesmo quando as estatísticas apontam que estes riscos majoritariamente os levam ao fracasso. Segundo Sennet, essas exigências do regime flexível geram uma apreensão e uma ansiedade que fica gravado fundo naqueles e naquelas que são submetidos a essa lógica, corroendo o seu “caráter”, gerando insegurança e dificuldades de estabelecer compromissos, laços afetivos estáveis, relações de confiança, minando a capacidade de traçar metas e planos em longo prazo, pondo em risco o senso de valor pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras do regime flexível.

A corrosão progressiva dos direitos trabalhistas, a insegurança gerada nas trabalhadoras e nos trabalhadores pelas novas formas de emprego precárias, provisórias, temporárias, o empobrecimento de frações inteiras das classes populares, a perda do poder de compra e o desemprego crescente criam um ambiente de risco constante e de medo social que favorecem a implementação e a “naturalização” do discurso neoliberal de que a vida social é uma competição generalizada, que o risco e a insegurança são partes naturais da vida e de que cabe unicamente ao indivíduo empreender ser responsável por si mesmo e vencer a competição social. Esse discurso se baseia em fortes ideologias de responsabilidade individual e de maximização do “valor de mercado de cada um como objetivo máximo da vida” (Butler, 2018, p. 21), fazendo com que as performances dos indivíduos sejam vistas unicamente como sua própria responsabilidade, sem vinculação às estruturas sociais e às políticas de Estado e, conseqüentemente, eximindo essas últimas de qualquer responsabilização pelos indivíduos. Ao mesmo tempo em que flexibiliza o trabalho, retirando direitos trabalhistas e sociais, o

neoliberalismo exerce uma enorme pressão por desempenho em uma sociedade marcada por um excesso de estímulos e de informações, produzindo, com isso, sujeitos precarizados, esgotados e adoecidos (Chul Han, 2017a; Safatle, 2020).

Com a sua acentuada ideologia individualista, a racionalidade neoliberal defende a desresponsabilização do Estado e do próprio funcionamento do modelo econômico capitalista pela produção política da miséria, da exploração e da desigualdade social que assola as populações precarizadas. E são exatamente as políticas de combate à pobreza e de inclusão social e laboral os seus alvos principais. No entanto, na medida em que esses suportes sociais são retirados de forma crescente e as perspectivas econômicas e sociais para a autossuficiência dos indivíduos vão ficando cada vez menores, eles se tornam cada vez mais sujeitos a sofrerem toda sorte de exploração econômica, violações de direitos humanos e diversas formas de negação das suas demandas pelo reconhecimento social da sua humanidade (Butler, 2018).

A pandemia demonstrou na prática a ausência do estado para combater o desemprego, a miséria e a fome, transferindo para a atuação individual e a de grupos/coletivos civis a articulação de ações práticas e imediatas para resolver questões emergenciais. Segundo dados do Monitor de Doações da Associação Brasileira de Captadores de Recursos, de acordo com o *site* Vakinha, uma das maiores plataformas de doações coletivas “o número de campanhas saltou de 196 mil para mais de 379 mil entre março e agosto de 2020, se compararmos com o ano anterior. Em paralelo, as arrecadações também cresceram: R\$ 15 milhões em ‘vaquinhas’ criadas a partir do coronavírus”²³. Segundo a pesquisa “A favela e a fome” realizada em fevereiro de 2021, pelo Instituto Locomotiva, em parceria com a Central Única das Favelas, oito em cada dez famílias dependiam de doações para sobreviver. A média de refeições realizadas pelas famílias brasileiras na pandemia era de 1,9 por dia, ou seja, era necessário escolher entre café da manhã, almoço ou jantar. A pesquisa ainda constatou que 68% das famílias entrevistadas sofreram com a falta de dinheiro para comprar alimentos²⁴. Durante essa pesquisa, o auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional em junho de 2021, havia sido suspenso pela equipe econômica comandada pelo neoliberal Paulo Guedes, sob a argumentação de que o orçamento brasileiro havia chegado ao limite e que “o Brasil não comporta esse risco de sair dando auxílio emergencial sem alguma contrapartida”²⁵.

É possível claramente observar a posição do governo brasileiro que, diante da crise econômica e humanitária que se instalou no país, preferiu seguir o caminho neoliberal utilizando a retórica da necessidade de manter as metas fiscais e responsabilizando o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso, até quando fosse conveniente. Esse tipo de posição do

²³ Cf: <https://www.segs.com.br/demais/251338-vaquinhas-virtuais-ajudam-brasileiros-a-contornar-pandemia>. Acesso em: 15 nov. 2021.

²⁴ <https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/o-dia-8-em-cada-10-fam%C3%ADlias-nas-favelas-dependem-de-doa%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 15.nov.2021

²⁵ Cf: <https://veja.abril.com.br/economia/paulo-guedes-condiciona-nova-rodada-do-auxilio-emergencial-a-pec-de-guerra/>. Acesso em 15 nov.2021.

governo recai sobre outra reflexão a respeito do neoliberalismo: quanto mais os indivíduos são vulneráveis à exploração econômica, mais se fortalece o discurso meritocrático propagado pelo modelo neoliberal, forçando o indivíduo a se entregar à livre coerção e buscar saídas no mercado informal e na maximização do próprio desempenho. Um exemplo claro foi a edição da Medida Provisória 1046/21 que se caracteriza pela flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e que permitiu acordos “individuais” entre patrão e empregado para demissões ou diminuição de carga de trabalho. Grande parte das negociações passa a ser direto entre empregador e empregado, retirando a importância do papel do sindicato e claro, aumentando a capacidade de coerção sobre o trabalhador e sobre a trabalhadora, ao mesmo tempo em que se desmantela qualquer chance de articulação coletiva para resistir a esse processo. Além disso, o governo também autorizou a suspensão temporária de contratos e os cortes de jornada e salário. Um dos resultados desta política foi justamente o aumento do mercado informal e dos empregos com piores remunerações²⁶, com destaque para os chamados empregos de “*apps*”. Portanto, no Brasil, o atual governo utilizou da retórica da necessidade de estimular o mercado de trabalho em razão da crise econômica aprofundada pela a pandemia, para potencializar esse fenômeno de individualização extrema, conduzindo políticas de flexibilizações laborais e de enfraquecimento dos sindicatos como mediadores de conflitos. Neste sentido, a individualização extrema que já vinha em curso na sociedade passa a ser impulsionada:

A ideologia do sucesso do indivíduo “que não deve nada a ninguém”, a ideologia do *self-help*, destrói o vínculo social, na medida em que este repousa sobre deveres de reciprocidade para com o outro. Como manter juntos sujeitos que não devem nada a ninguém?” (Dardot e Laval, 2016, p. 356)

“Como manter juntos sujeitos que não devem nada a ninguém?”. Essa questão levantada na citação acima é fundamental para o que nos interessa aqui. Ao adentrar nos âmbitos mais íntimos da vida psíquica dos sujeitos, o neoliberalismo obstrui os laços de reciprocidade social graças ao acirramento da competição no mercado e de um individualismo em um nível nunca visto anteriormente (Dunker, 2016; Safatle, 2020). O sujeito neoliberal encontra-se, portanto, em relações sociais cujos laços estão corroídos, onde desconfia-se cada vez mais da generosidade, da fidelidade, da solidariedade e de tudo que é parte da reciprocidade social e simbólica nos locais de trabalho, mas também fora dele. É muito importante que esteja claro aqui que esse modelo concorrencial que o neoliberalismo generaliza para todos os âmbitos da vida social é, como afirma Safatle, a “descrição das formas hegemônicas de violência no interior da vida social” (Safatle, 2020, p. 32). Isso porque

²⁶ Cf: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/211125_bmt72_analise-mercado.pdf. Acesso: 27 nov. 2021.

a competição social não é um jogo de críquete, mas um processo de relação fundado na ausência de solidariedade (vista como entrave para o funcionamento da capacidade seletiva do progresso), no cinismo da competição que não é competição alguma (pois baseada na flexibilização contínua de normas, nos usos de toda forma de suborno, corrupção e cartel), na exploração colonial dos desfavorecidos, na destruição ambiental e no objetivo monopolista final. Essa violência pede uma justificação política, ela precisa se consolidar em uma vida social na qual toda figura da solidariedade genérica seja destruída, na qual o medo do outro como invasor potencial seja elevado a afeto central, na qual a exploração colonial seja a regra. (Safatle, 2020, p. 32)

O argumento desenvolvido na citação anterior vai ao encontro do diagnóstico feito por Wendy Brown de que o neoliberalismo se propôs a destruir a existência da sociedade e do social e o fez, epistemologicamente, negando a própria existência da sociedade (Brown lembra a declaração de Thatcher de que “não existe tal coisa...” chamada sociedade e a de Hayek que defende que “sociedade” é um termo sem sentido). Politicamente, o neoliberalismo age em favor do desmantelamento e da privatização do Estado social. Legalmente, ele busca manejar reivindicações de liberdade individual para contestar a “interferência” de questões “sociais” como a igualdade, a proteção ambiental, a saúde pública, questões laborais, etc. Uma consequência fundamental do combate realizado pelo neoliberalismo ao social e à sociedade é a constatação de que, se não existe algo como a sociedade, mas sim apenas “indivíduos e famílias orientados pelo mercado e pela moral, então não existe tal coisa como um poder social que gera hierarquias, exclusão e violência, tampouco há subjetividade nas condições de classe, gênero ou raça” (Brown, 2019, p. 53). Em outras palavras, se não existe o social, perde-se com ele um domínio vital da justiça social, tendo em vista que é nele que se produzem e se consolidam as hierarquias e as histórias de opressão que dela resultam. Como afirma Brown (2019, p. 55),

quando a alegação de que a “sociedade não existe” se torna senso comum, ela torna invisíveis as normas e as desigualdades sociais geradas pelos legados da escravidão, do colonialismo e do patriarcado. Isso autoriza a privação efetiva de direitos (e não apenas o sofrimento) produzida pela falta de moradia, de assistência médica e de educação. E permite ataques em nome da liberdade ao que quer que tenha sobrado do tecido social.

É impossível que esse cenário de radicalização do individualismo e de ataque aos laços de reciprocidade e de solidariedade social produzidos pelo neoliberalismo não impactem a construção das ações políticas

coletivas dos movimentos sociais, principalmente no cenário da pandemia de Covid-19 e de necessidade de distanciamento social que ela impôs.

Como vimos, muito mais do que uma ideologia ou uma política econômica, o neoliberalismo é uma engenharia social que tende a organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados (Dardot e Laval, 2016). Nosso argumento é de que ele intensifica uma visão de mundo individualista dentro do campo de ação política dos movimentos sociais, gerando uma percepção de suas demandas e reivindicações como cada vez mais singulares, distintas e desconectadas entre si, pulverizando as lutas coletivas em grupos fechados em si mesmos, competindo pela definição daquele que sofre mais violência e que, por isso, possui maior legitimidade para falar em nome “das/dos oprimidas/dos”. O resultado é a fragmentação, o esvaziamento do caráter político coletivo das suas lutas e a dificuldade de construir coligações políticas abrangentes que criem projetos políticos alternativos ao neoliberalismo. Para que as coligações possam ocorrer é necessário que os diversos movimentos sociais abram mão da “concordância em relação a todas as questões de desejo, crença ou autoidentificação” (Butler, 2015, p. 55), que abriguem seus antagonismos e que aceitem e valorizem as diferenças como a característica mesma de uma política democrática radical.

Essa radicalização individualista neoliberal que gera isolamento e dificuldade de construção de ações políticas coletivas de maior abrangência não é um mero subproduto do neoliberalismo, mas está entre os seus objetivos principais (Crary, 2016). Conforme afirma Brown (2020, p. 75), “os neoliberais se uniram na oposição à democracia robusta – movimentos sociais, participação política direta ou demandas democráticas ao Estado – que identificaram com o totalitarismo, o fascismo ou o governo da plebe”. Deste modo, a asfixia da democracia não é algo incidental, mas é um projeto neoliberal. Anos de ataque multifacetado à vida política democrática geraram uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e uma degradação social em relação a ela (Brown, 2020).

Por mais que, em períodos de catástrofes como a que vivemos com a pandemia de Covid-19, observemos ações de solidariedade, elas não necessariamente questionam o neoliberalismo e suas formas de subjetivação. Apesar da importância dessas ações solidárias e das soluções criativas que elas têm produzido para aplacar a fome e a falta de recursos econômicos das populações mais pobres para lidar com a crise sanitária, elas são, em grande medida, ações pontuais que tendem a diminuir e até desaparecer assim que a conjuntura volte a certa normalidade.

Para além das ações de solidariedade, os movimentos sociais tentaram se rearticular por meio das redes sociais, já que a pandemia exigia distanciamento social, para protestar contra o governo. Inicialmente, as ações mais realizadas foram os abaixo-assinados, as *lives*, e o ato de bater painéis durante um determinado horário e quando houvesse pronunciamentos de membros do governo e do próprio presidente, em rede nacional de televisão. Somente em 29 de maio de

2021 é que os movimentos sociais, de forma conjunta, conseguem retomar os atos nas ruas das principais capitais do país contra o governo. Sob o mote universal “Chega de Bolsonaro”, a manifestação serviu para rearticular os movimentos no espaço público e fortalecer as reivindicações em defesa da democracia. No entanto, claramente, não existia um consenso sobre os desdobramentos das manifestações, nem mesmo em relação ao mote principal. As mobilizações que ocorreram em 29 de maio, 19 de junho, 3 de julho e 24 de julho de 2021 iniciaram-se de forma muito expressiva²⁷, mas foram perdendo o fôlego e até se desmobilizaram. Apesar de colocarem milhares de pessoas nas ruas, os movimentos sociais não conseguiram entrar em um processo de acumulação de forças e unificação das lutas e, com isso, não tiveram capacidade de bloquear as políticas destrutivas do governo, transformando-se, portanto, em uma resistência pontual. Arriscamos a dizer que, talvez uma das únicas novidades nessa conjuntura, foi o despertar da sociedade para a necessidade da existência de serviços públicos gratuitos básicos, financiados com recursos dos governos, como foi o caso da ampla defesa do Sistema Único de Saúde.

Assim, com o espraiamento da racionalidade neoliberal para os recônditos mais íntimos das nossas relações sociais e da nossa vida psíquica, o individualismo radical que ele produz influencia a forma como pensamos e performamos as nossas lutas. As ações políticas dos movimentos sociais acabaram por incorporar, em alguma medida e sem se dar conta, a lógica neoliberal da competição generalizada e do individualismo radical como princípio das suas condutas, dificultando o estabelecimento de relações sociais que exijam comprometimento a médio e longo prazo e demandem o esforço de articulação política com diferentes grupos para a construção de projetos políticos comuns alternativos ao neoliberalismo. Isso faz com que as lutas sociais na atualidade tomem constantemente a forma de uma competição entre indivíduos mais do que entre ideologias, grupos ou classes sociais e projetos de sociedade. O isolamento social no contexto de pandemia favoreceu esse processo na medida em que limitou a possibilidade de ações presenciais, restringindo bastante as formas de sociabilidade e convivência, dificultando ainda mais a construção de laços de solidariedade e as ações políticas coletivas.

Assim, a captura das reivindicações das lutas dos movimentos sociais pela lógica individualizante da racionalidade neoliberal agravou as suas dificuldades para realizar transformações sociais mais profundas. Conforme afirma Wendy Brown, “à medida que o social desaparece de nossas ideias, discursos e experiências, ele desaparece de nossas visões de futuro, tanto utópicas quanto distópicas” (Brown, 2019, p. 65).

²⁷ É possível ver algumas manchetes da manifestação: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-30/protestos-anti-bolsonaro-se-impoem-nas-ruas-e-reavivam-pauta-do-impeachment.html>. Acesso em: 10 nov 2021.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/liderados-pela-esquerda-protestos-contrabolsonaro-reunem-manifestantes-nas-ruas-em-meio-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 15 nov 2021.

Contudo, Della Porta²⁸ afirma que, se os momentos de crise, como a que estamos vivendo, tendem a aumentar a competição por recursos escassos – e isso fica ainda mais potencializado em uma sociedade neoliberal, como vimos acima – esses momentos de crise também aumentam a percepção de um destino social compartilhado. É por isso que ao aumentar as desigualdades, em vez de reduzi-las, a gestão neoliberal da pandemia realizada por Bolsonaro também tem gerado um profundo sentimento de injustiça que pode alimentar reivindicações por direitos e por participação na tomada de decisões por parte da população. Para Della Porta, os movimentos sociais têm um papel fundamental na produção de narrativas que possam explicar as causas econômicas, sociais e políticas da pandemia, possibilitando que o social e a sociedade voltem a ter importância e visibilidade nos debates políticos e na esfera pública. Essa é uma possibilidade que se abre em momentos de incerteza, que pode nos levar para mudanças radicais na política, na economia, na sociedade e na cultura.

Por fim, nos resta indagar se os movimentos sociais serão capazes de superar a fragmentação política para constituírem ações coletivas que envolvam o conjunto dos setores populares de forma propositiva e em reação ao neoliberalismo e ao autoritarismo que se instalou no país. Para tanto, é imprescindível compreender, denunciar e enfrentar a racionalidade neoliberal em todos os aspectos da vida, incluindo nos movimentos sociais e construir um “processo aberto que permita a implicação popular na constituição coletiva de um campo de ações concretas de governo”²⁹. A grave crise econômica e humanitária causada pela pandemia de Covid-19 não favoreceu o questionamento da lógica neoliberal nos indivíduos e em algumas dinâmicas dos movimentos sociais. Estes tiveram que lidar com uma contradição: por um lado o aumento da sua capilaridade com a utilização da internet, e, por outro, o isolamento social que dificultava as ações de rua. O fato é que os movimentos não conseguiram, nem em períodos anteriores e nem na pandemia, reunir forças para dar respostas efetivas ao grande desafio que é a superação do neoliberalismo e a apresentação de um novo projeto político para a sociedade brasileira.

²⁸ <https://www.opendemocracy.net/pt/movimentos-sociais-tempos-de-covid-19-mundo-necesario/>. Acesso em: 27 nov 2021.

²⁹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-02-27/para-a-esquerda-morrer-e-so-o-comeco.html> Acesso em 27.nov. 2021.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. *O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal*. In: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 10 set. 2021.

BASTOS, Pedro Paulo Z. Ascensão e crise do governo Dilma Roussef e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, Contradição e Ideologia. In: **Revista de Economia Contemporânea**, n. 21 (02), Ago, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRrYS4mD/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2021.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2018.

CHATEAU, M. G. **La revolución capitalista en Chile (1973-2003)**. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2012.

CHAUÍ, M. O totalitarismo neoliberal. In: **Revista Anacronismo e Irrupción**, Vol. 10, Nº 18 Fecha de Recepción: 24/02/2020 (Mayo - Octubre 2020): 307-328, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7456781>. Acesso em: 28 set. 2021.

CHUL-HAN, B **Sociedade da transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017a.

CHUL-HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017b.

CRARY, J. **24/7 Capitalismo Tardio e os fins do sono**. UBU, 2016.

DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, J. M. Crise da república e possibilidades de futuro. IN: **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(6). pgs. 1747-1758, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2017.v22n6/1747-1758/pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

DUNKER, C. **Sintoma, mal-estar e sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, L. R. T. de. A importância do reconhecimento social na construção da identidade sexual de mulheres não heterossexuais no sul da Bahia. **Cadernos Pagu** (64), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vM4Xvwpgq9w5Y4ht9sXbBNG/> Acesso em 18 de agosto de 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. 1º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. En: Theodoro, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **O Brasil à beira do abismo, de novo**. 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-0155/noticias2/diversas/item/3391-o-brasil-a-beira-do-abismo-de-novo-rodrigo-patto-sa-motta>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MOULIAN, T. **Chile Actual: anatomia de un mito**. Santiago: LOM-Arcis, 1997.

PINHEIRO, A. L. L. Direitos Humanos das mulheres. En: Fontoura, N., Rezende, M., Querino, A. C. (orgs.). **Beijing + 20: Avanços e desafios no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2020.

PORTA, Donatella Della. **Movimentos sociais em tempos de Covid-19: outro mundo é necessário**. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/movimentos-sociais-tempos-de-covid-19-mundo-necesario/> Acesso em: 27 nov 2021.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. En: Safatle, V., Silva Júnior, N., Durker, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. **Novos estud. CEBRAP** (97), Nov 2013.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIMÕES, J. A., Facchini, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Ed. GMT, 2019.

Entrevistas

Jessé de Souza. Entrevista concedida ao jornalista Luís Nassif. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2016/12/08/62584/>

Paulo Guedes. Entrevista concedida ao Jornal El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538508720_526769.html

Recebido em: 20/09/2022 * Aprovado em: 27/09/2022 * Publicado em: 31/08/2022
